

Memórias e identidades agonísticas

O corpo LGBTQIA+ como signo no processo de musealização e musealidade

Agonistic memories and identities: the LGBTQIA+ body as a sign in the process of Musealization and Museality

Recebido em: 20/09/2023

Aprovado em: 17/11/2023

Sérgio Rodrigues de Santana

Raimunda Fernanda dos Santos

Eliane Epifane Martins

Lília Mara de Menezes

Ana Cleide Patricio de Souza

[Sobre os autores >>](#)

RESUMO

É imperativo descortinar algumas representações distorcidas e reducionistas do corpo LGBTQIA+. Isso significa construir representações epistêmicas que podem ser feitas a partir dos estudos de memória produzidos pela própria comunidade investigada. Assim, quais são representações memorialísticas da Ciência da Informação sobre o corpo LGBTQIA+ e como elas compõem as identidades LGBTQIA+? Esta pesquisa objetiva analisar o corpo LGBTQIA+ como signo nas representações memorialísticas da Ciência da Informação. A justificativa versa no alargamento teórico-sintético e epistemológico da Museologia com foco na musealização e na musealidade. Teve abordagem qualitativa; adotou o método semiótico, de espectro bibliográfico e inclinação epistêmica cognitiva. No plano teórico, a pesquisa foi subsidiada pelos aspectos dos estudos de memória e identidade. O corpo LGBTQIA+ como valor agonístico é marcado pelas lutas, disputas e conflitos vividos pelos sujeitos, grupos e comunidades.

Palavras-chave: Informação gênero-sexualidade; epistemologia; memória agonística; musealização e musealidade; museologia.

ABSTRACT

It is imperative to uncover some distorted and reductionist representations of the LGBTQIA+ body. This means building epistemic representations that can be made from memory studies produced by the investigated community itself. So, what are Information Science's memorial representations of the LGBTQIA+ body and how do they make up LGBTQIA+ identities? This research aims to analyze the LGBTQIA+ body as a sign in the memorial representations of Information Science. The justification concerns the theoretical-synthetic and epistemological expansion of Museology with a focus on musealization and museality. It had a qualitative approach; adopted the semiotic method, with bibliographical scope and cognitive epistemic inclination. On a theoretical level, the research was supported by aspects of theoretical studies of memory and identity. The LGBTQIA+ body as an agonistic value, marked by the struggles, disputes and conflicts that mark subjects, groups and communities.

Keywords: Gender-sexuality information; epistemology; agonistic memory; musealization and museality; museology.



Introdução

É imperativo que os museólogos se debrucem sobre os estudos epistêmicos das memórias para descortinar as representações simbólicas e estéticas do corpo LGBTQIA+ – uma vez que as imagens simbólicas são carregadas de ideologias sacras perpetuadas historicamente – e das imagens estéticas, essas que tem o objetivo de proporcionar sensações de felicidade e que, com equívoco ou não, há aceitação.¹

O descortinamento pode ser feito a partir dos estudos de memória descritos pela própria comunidade investigada, pois a memória é um conjunto de tradições individuais e coletivas temporais e especiais que abrange o passado, reavalia o presente e antecipa o futuro. Isso permite construir representações epistêmicas que expressam conhecimentos e mensagens a partir de um olhar mais apurado, transcendendo, assim, a base simbólica e a estética,² e que podem ser aplicados nos processos de musealização e musealidade. A *musealização* corresponde à retirada de um objeto do uso e/ou da funcionalidade do meio natural e cultural. A *musealidade* versa sobre as qualidades e os valores que transformam esse objeto realocado na instituição museal.³ Ambas estão entrelaçadas com a sensação, a percepção e a representação.

Com esse trajeto é possível compreender com mais profundidade as identidades LGBTQIA+, figurando o corpo LGBTQIA+ como signo, uma vez que identidade é uma apresentação ou papel de alguma entidade subjacente, uma entidade específica que pode estar associada a qualquer número de identidades e não apenas a uma.

Para Silveira,⁴ os museus e a museologia se configuram como partes da área da Ciência da Informação e, por consequência, a Museologia LGBTQIA+ também, pois ela se insere dentro da Museologia

¹ AUMONT, J. *A imagem*. São Paulo: Papyrus, 2012.

² *Ibidem*.

³ CURY, M. X. Repatriamento e remanescentes humanos – museália, musealidade e musealização de objetos indígenas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 26, p. 14-42, 2020. Edição especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais.

⁴ SILVEIRA, A. R. *Teoria do objeto*. Indaial: Uniasselvi, 2022.

logia Social; e na Ciência da Informação a abordagem social está em plena efervescência epistêmica.

A Museologia LGBTQIA+ é uma categoria conceitual criada para ser aplicada ao social e emerge por sete dimensões epistêmicas básicas. É feita essencialmente por sujeitos com lugar de fala, opõe-se a tentativas de expropriações de seus patrimônios materiais e simbólicos e vincula-se às políticas públicas na América Latina. É uma museologia popular, congrega sujeitos aliados das pautas LGBTQIA+, intersecciona as políticas públicas e comunidades vulneráveis e valoriza as estéticas performáticas, comunicacionais, bem como as múltiplas sexualidades e identidades.⁵

Assim, em alguma medida, o conhecimento produzido na Ciência da Informação se conecta às sete dimensões epistêmicas básicas,⁶ especialmente quando os estudos articulam epistemologicamente o papel da memória na construção da identidade, incluindo o sujeito LGBTQIA+. Essas articulações têm como vetor a informação que, no caso da comunidade LGBTQIA+, destaca a informação gênero-sexualidade, o conjunto de conteúdos informacionais e comunicacionais produzidos e disseminados pelas redes LGBTQIA+ para a promoção da qualidade de vida da população LGBTQIA+.⁷

Dessa forma, as aproximações e negociações entre o sujeito LGBTQIA+, passado, identidade, individualidade e a informação gênero-sexualidade são fundamentais para entender, bem como situar o corpo LGBTQIA+ como signo na museologia e no museu. Para Le Breton,⁸ a existência é provada pelo corpo; é a partir do entorno dele que se constitui o lugar existencial do sujeito na sociedade, logo, na museologia e no museu. Através do corpo, o sujeito se apropria do conteúdo de sua vida, traduzindo-a para os pares, onde esse

⁵ BAPTISTA, J.; BOITA, T.; WICHERS, C. M. O que é Museologia LGBT?. *Revista Memórias LGBT*, Goiana, ed. 12, n. 7, 2020. Disponível em: <https://memoriaslgbt.wordpress.com/edicoes-memorias-lgbtiq/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

⁶ *Ibidem*.

⁷ SANTANA, S. R.; MELO, M. L. D.; SOUZA, E. D. Informação gênero-sexualidade: das dimensões epistêmicas ao uso do termo e seu conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2022.

⁸ LEBRETON, D. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Tradução: Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

conteúdo se figura como sistemas de signos, significados e significantes compartilhados no âmbito dos grupos e comunidade. No entorno do corpo, as facetas memória e identidade são supradelimitadas mediante o acesso e uso da informação gênero-sexualidade; ele nasce e se difunde em redes de significações que fundamentam a existência individual e coletiva no mundo, no lugar e no tempo.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: quais são representações memorialísticas da Ciência da Informação sobre o corpo LGBTQIA+ e como elas compõem as identidades LGBTQIA+? Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o corpo LGBTQIA+ como signo nas representações memorialísticas da Ciência da Informação. A justificativa versa no alargamento do referencial teórico-sintético e epistemológico da Museologia com foco na musealização e na musealidade, considerando vetores ligados ao signo e seus desdobramentos tricotômicos.

Referencial metodológico

A Semiótica como método objetivou compreender o signo, bom como os modos de significação, denotação e informação dos sistemas de signos.⁹

signo	signo em relação a sim mesmo	o signo em relação ao objeto	signo em relação ao interpretante
	1 ^a tricotomia	2 ^a tricotomia	3 ^a tricotomia
primeiridade →	quali-signo	ícone	rema
secundidade →	sin-signo	índice	dicente
terceiridade →	legi-signo	símbolo	argumento

Figura 1. Tricotomias de Santaella. Fonte: Adaptado de Santaella (2015).

⁹ REIS, M. C. et al. A questão dos métodos de análise semiótica: contribuições à Ciência da Informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 16, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1379>. Acesso em: 29 jul. 2023.

É preciso compreender as tricotomias para efetuar a semiótica como método, pois essas desenham a natureza do signo, como demonstra a figura 1. Para Peirce, os signos podem ser classificados em três dimensões tricotômicas: o signo em relação a si mesmo/1ª tricotomia (figura 1 - amarelo); o signo em relação ao objeto/2ª tricotomia (figura 1 - vermelho); e o signo em relação ao interpretante/3ª tricotomia (figura 1 - azul).¹⁰

Para Santaella,¹¹ o signo em relação a si mesmo (figura 1 - amarelo) pode ser uma qualidade (quali-signo) e, nessa dimensão, há a sensação e a consciência da existência dos signos, mas sem qualquer referência dele a outras coisas. Ele encerra em si mesmo, por exemplo, a visualização de um corpo LGBTQIA+, a sua existência no espaço e tempo. Para essa autora,¹² o signo pode ser um existente (sinsigno) e versa quando o signo apresenta forma particular e individual em sua essência. Assim, os processos de sensação e a percepção operam um fato externo ou outra coisa, por exemplo, um corpo LGBTQIA+ como um corpo artístico e/ou civil e suas derivações em características tais como um corpo LGBTQIA+ trans e preto. Ainda de acordo com essa autora, o signo pode ser uma lei (leg-signo). Nessa dimensão o signo é constituído de regras, padrões e abstração, logo, de pensamento e aprendizado. Há sensação, percepção e representação; por exemplo, as leis e lógicas que constituem um corpo LGBTQIA+ trans e preto.

O signo em relação ao objeto/2ª tricotomia (figura 1 - vermelho) é um construto em que a definição pode variar, pois ele pode ser ícone, índice e símbolo.¹³ O signo como ícone representa alguma coisa de alguma maneira (por exemplo, um corpo LGBTQIA+ trans e preto); o signo como índice faz uma ligação ao objeto (por exemplo, o corpo LGBTQIA+ indica HIV); e o signo como símbolo se relaciona com o objeto por uma convenção, o corpo LGBTQIA+ que simboliza sexualização.¹⁴

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ SANTAELLA, L. *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

¹² *Ibidem.*

¹³ BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1964.

¹⁴ REIS, M. C. *et al., op. cit.*

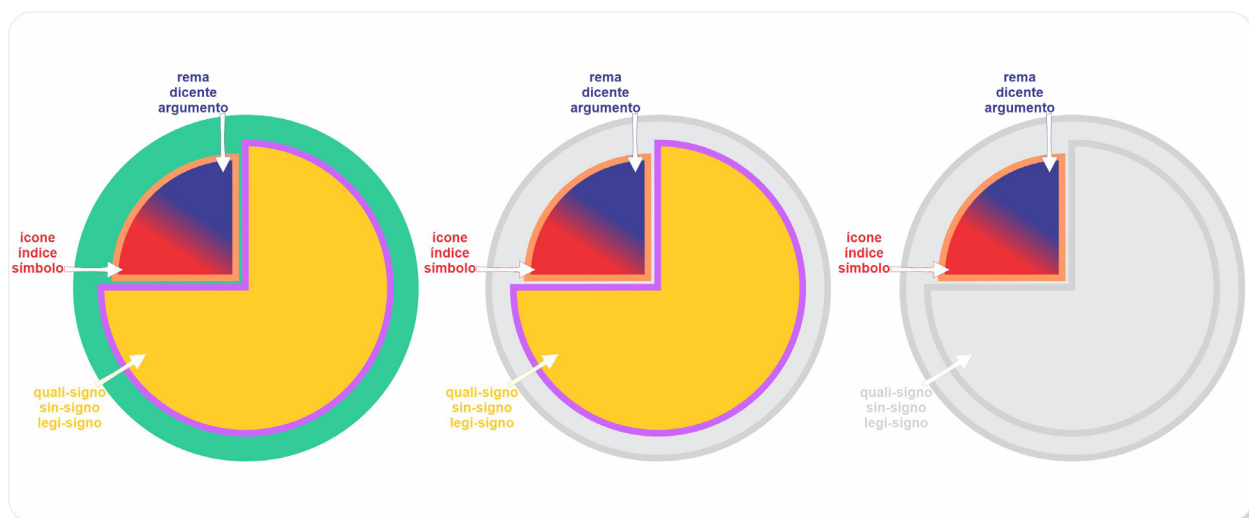


Figura 2. Etapas da análise semiótica de Santaella.

Fonte: Adaptado de Santaella (2015).

O signo em relação ao interpretante/3ª tricotomia (figura 1 - azul), versa sobre o rema; é o signo que para seu interpretante funciona como signo de possibilidades, que pode ou não se provar (por exemplo, este, isso, aquilo). O discente, por sua vez, representa o objeto com respeito a sua existência real (por exemplo, “nenhuma bola é quadrada”). O argumento corresponde às leis em processamento dos signos, é um sistema de signos em que cada um opera através de suas regras promovendo o todo (por exemplo, uma faixa musical, a música e um conjunto de signos operando no tempo e no espaço).¹⁵

Como demonstra a figura 2, o processo de análise semiótica proposto Santaella¹⁶ se divide em três etapas que inicia do maior para o menor, buscando seguir a própria lógica interna do signo: a análise do fundamento do signo (turquesa); a análise da referencialidade do signo (roxo); e o processo interpretativo em todos os seus níveis (laranja).

A primeira etapa, *Análise do fundamento do signo* (significante) consiste na senciência das dimensões tricotômicas primeiridade, secundidade e terceiridade. A capacidade contemplativa (primeiridade) é a capacidade desenvolvida através da experiência; a capacidade distintiva (secundidade) figura a habilidade de discriminar e

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ *Ibidem.*

compreender diferenças do fenômeno que está sendo contemplado e atenta-se em determinados aspectos dele; e a capacidade de generalização (terceiridade) diz respeito à capacidade de apreender as observações feitas no signo e generalizá-las em categorias globais.¹⁷

A segunda etapa, intitulada *Análise da referencialidade do signo*, ocupa-se da segunda dimensão tricotômica: qualisigno, sinsigno e legisigno. Assim, a) diz respeito ao aspecto qualitativo-icônico, o efeito sugestivo - relação qualisigno e ícone: análise das qualidades concretas, como as cores, textura, tamanho, etc., assim como das abstratas, a sofisticação, modernidade, força, robustez, elegância, entre outros. Já b) destaca o aspecto singular-indicativo na relação sinsigno e índice, em que, nesta etapa, o signo passa a ser analisado em função do seu contexto. Algumas informações importantes precisam ser identificadas, isso inclui as origens, o ambiente de uso, as funções que desempenha e finalidades. E por último, c) refere-se ao aspecto convencional-simbólico, o efeito representativo na relação legisigno e símbolo, no qual deve-se

[...] observar a coerência entre as expressividades do signo e as expectativas culturais que o envolve ou para quem foi desenvolvido; [...] examinar o seu poder representativo, ou seja, o que ele representa, que valores lhe foram agregados, seu status cultural; [...] analisar o tipo de usuário, bem como os significados e valores que o signo tem para o público ao qual se destina.¹⁸

A terceira e última etapa do método de análise semiótica, intitulada *Processo interpretativo em todos os seus níveis* (interpretante), busca compreender a relação com o interpretante, quando o signo completa sua ação como signo. Nesse processo, a semiótica deve operar de forma mais efetiva. Nessa etapa, a análise dos interpretantes deve ser feita com base na leitura cuidadosa dos fundamentos acerca do construto signo, envolvendo os três níveis do interpretante: o imediato, o dinâmico e o final.

O interpretante imediato fica apenas no nível das possibilidades. O dinâmico refere-se ao efeito que o signo realmente produz em um intérprete e se subdivide em três níveis: emocional, funcio-

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 20-21.

nal e lógico. Já o interpretante final é aquele que estará sempre no futuro, como uma meta a ser alcançada.¹⁹

O sistema de signos investigado nesta pesquisa diz respeito tanto às construções históricas/memorialísticas das dissertações e teses quanto às narrativas sobre o espectral, perfis e grupos que figuram o corpo LGBTQIA+ como signo e suas tricotomias. Assim se figurando uma pesquisa de espectro bibliográfico, pois as dissertações e teses recuperadas compõe o *corpus* das análises deste estudo. O recorte temporal foi definido entre 2010 a 2023 nos repositórios dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Foram realizadas buscas sobre o tema na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e apenas um trabalho foi recuperado.

Foi adotado um conjunto de buscadores que utilizaram três categorias de descritores que compreenderam aspectos grupais (lésbica, urso, barbie, transsexual, travesti, transexual, bissexual, *leather*, *boys*, *cross-dressing*, *drag queen*, *queer*, transformista e simpatizantes), aspectos sócio-histórico e políticos (LGBT, LGBTQ, LGBTQI, LGBTQI+, LGBTI, LGBTI+, GLS, LGBTQIA+, LGBTQIAP+, LGBTQ2 e informação gênero-sexualidade) e aspectos socioculturais (gay, homossexual, homossexualidade, transexualidade, homofobia, homoafetivo, Lgbtfobia e transfobia).

Musealização e musealidade: intersecções epistêmicas da Museologia Social e da Museologia LGBTQIA+

A Museologia Social é uma abordagem da Museologia. Ela teoriza e aplica a premissa de que as instituições museais devem ser mais democráticas e inclusivas. Essa abordagem produz esforços de adequação das estruturas históricas e teóricas, bem como práticas epistêmicas muselógicas das demandas da sociedade pós-moderna.²⁰

¹⁹ REIS, M. C. *et al.*, *op. cit.*

²⁰ MOUTINHO, M. C. Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia*,

Nesta lógica, as tendências da Museologia Social incluem: a expansão da noção de patrimônio; a participação das comunidades na definição e na gestão das práticas museológicas; a museografia como meio autônomo de comunicação e a utilização das TICs. Porém, os estudos apontam que as discussões epistêmicas sobre a Museologia Social caminham devagar, visto que ela foi demarcada na década de 1970.²¹

Apesar de poucos avanços, a Museologia Social reconfigurou a estrutura do museu tradicional – usualmente identificada a partir do acervo (coleção), edificação (edifício) e público visitante –, propondo uma museologia vinculada à existência de um território, de um patrimônio e de uma comunidade. O foco é retirado das coleções e voltado para um “patrimônio”, esse mais amplo e mais aberto para a relação com as “comunidades” e os “territórios”.

Para Chagas e Gouveia,²² a Museologia Social promove a redução das injustiças e desigualdades, o combate à discriminação e ao preconceito, com vistas à melhoria da qualidade de vida coletiva. Ela reflete sobre o fortalecimento da dignidade e da coesão social, utilizando-se dos poderes da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, incluindo a comunidade LGBTQIA+.

Por sua vez, a Museologia LGBTQIA+ parte das museologias dissidentes, caracterizando-se como uma abertura de mentalidade, onde nela se dissolvem as posturas colonialistas, sexista, machistas e/ou qualquer pensamento hegemônico. Assim, a Museologia LGBTQIA+ é o lugar da compreensão e viabilização dos corpos e psiques historicamente violentados.²³ Ela

v. 1, n. 1, 1993. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

²¹ ROCHA, E. C. F. Metodologia para construção de museus comunitários à luz da psicologia social comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMÁTICA, 21., 2021, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/290/232>. Acesso em: 5 nov. 2022.

²² CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, ano 27, n. 41, 2014, p. 17.

²³ LADEIA, L. C. M.; CASTRO, T. A Museologia LGBT existe? reconstruindo os passos do movimento LGBT+ junto à museologia brasileira. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n.

[...] é, portanto, uma escolha política, onde a sigla LGBT é potência de discussão em políticas públicas e uma escolha teórica, no caso do uso crítico do conceito *queer*, aplicado a partir de uma perspectiva interseccional, visando, sobretudo, a superação das desigualdades que pesam sobre as comunidades dissidentes da matriz heterossexual, hoje hegemônica.²⁴

Assim, Museologia LGBTQIA+ se situa na Museologia Social no movimento de negociação e de regulação epistêmica mútua com a memória, entre outras, mas também entre as políticas públicas, a perspectiva interseccional e a noção de desigualdades. Essa ligação com a memória em que a Museologia LGBTQIA+ atua como mecanismo é imperativo, pois a comunidade LGBTQIA+ não foi agregada à memória brasileira como parte da sociedade nem mereceu que seus ancestrais, bens materiais e simbólicos fossem lembrados, fato este que é reflexo das intenções de espectros políticos, ideológicos e filosóficos heterossexuais.²⁵

Contudo, a Museologia LGBTQIA+ e Museologia Social são avanços epistemológicos da Museologia, que somente são possíveis de visualizar quando se suspende e se analisa as fases epistêmicas da museologia: a fase primórdio, a fase “protocientífica”, a fase “empírico-descritiva” e a fase “teórico-sintética”.

A fase primórdio (do século XVI até 1900) se demarcou pela profissão do conhecedor das coleções de itens alocados nos reinos e/ou impérios, em espaços como castelos, palácios – os chamados “gabinetes de curiosidades”. A fase “protocientífica” (1900 a 1934) demarcou os debates relativos à função social e educativa dos museus, bem como as primeiras diretrizes teóricas, metodológicas e práticas. A “empírico-descritiva” (1934-1976) instaura a consolidação da Museologia como disciplina científica e suas práticas e metodologias apropriadas às suas atividades.

21, p. 231-248, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41439/33307>. Acesso em: 1 maio 2023.

²⁴ BAPTISTA, et al., *op. cit.*, p. 7.

²⁵ BAPTISTA, J. T. et al. Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada *queer* interseccional e decolonial. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/266/179>. Acesso em: 17 nov. 2023.

A fase “teórico-sintética” – fertilizada na década de 1950, mas posta em prática partir da década de 1970 – passou a desenvolver sínteses das principais ideias e da essência da Museologia, se debruçando, assim, sobre as bases científicas e filosóficas, e reivindicando para a Museologia o *status* de ciência aplicada mais delimitada.²⁶ Dessa forma, é na era teórico-sintética que as discussões epistêmicas sobre a Museologia Social²⁷ se tornam realidade e há a abertura de pensamento na Museologia.

Destacar o signo como construto no âmbito teórico e conceitual da musealização e da musealidade significa fertilizar a teoria e prática epistêmicas para os museus, aspecto importante para fundamentar o campo teórico-sintético da Museologia. Isso possibilita visualizar o corpo LGBTQIA+ como, *a priori*, um signo, para, *a posteriori*, analisar e descortinar seu valor exótico, fetichista, ou até mesmo um valor *kitsch*.²⁸

O conceito de musealidade foi impresso por Stránský (1986) na década de 1960, assim como também o conceito de musealização, e ambos dão cientificidade à Museologia,²⁹ Para Silveira,³⁰ uma peça de museu é composta pela tríade da teoria museológica: musealização, musealidade e *museália*.

Musealização é um processo de seleção, suspensão e retirada de um objeto do uso e/ou da funcionalidade do seu meio natural,

²⁶ ECHTERNACH, A. L. I. *Teoria museológica: referenciais teóricos do campo*. Indaial: Uniaselvi, 2021.

²⁷ TOLENTINO, A. Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa, v. 52, p. 21-44, 2016.

²⁸ É uma filosofia que pode atravessar qualquer campo social, sendo, assim, um fenômeno tangível, como um objeto de arte e consumo, e intangível, como uma atitude e postura em relação à percepção de um objeto e/ou fenômeno através de: 1) sua natureza de simulação, 2) sua natureza de exacerbação, 3) sua natureza espacial, 4) sua natureza de ressignificação, 5) sua natureza caótica/heterogeneização, 6) sua natureza de sedimentação e 7) seu romantismo. Ver: MOLES, A. *O kitsch*. São Paulo: Perspectiva, 1975; e WAJNMAN, S. “Forma” *kitsch* e teoria pós-moderna. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 19., Londrina, 1996. *Anais...* Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/14eb-f240799aaebd92e6c316903e56b6.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

²⁹ CURY, M. X. Repatriamento e remanescentes humanos – musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 26, p. 14-42, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/106438/58483>. Acesso em: 6 set. 2023. Edição especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais.

³⁰ SILVEIRA, *op. cit.*

cultural, simbólico, econômico e outros, como também a operação de extração física e conceitual desse objeto.³¹ Por sua vez, a musealidade remete às qualidades e aos valores que transformam esse objeto realocado na instituição museal.³² Para Horta,³³ a musealidade não se trata, essencialmente, do resultado oriundo das ações de musealização, mas de um processo infinito de valorações e ressignificações que o procedimento demanda. É a atividade translinguística a qual se submete o objeto a fim de que ele se sustente como signo da narrativa do museu.³⁴ A musealização, portanto, depende da musealidade, enquanto valor que fundamenta a atuação sobre dada realidade, como a *museália* depende da musealização e da musealidade. Porque isso implica em interpretação. Para Cury, na

[...] interpretação museológica, a prática de coleta e formação de coleções de remanescentes humanos para serem integrados como objetos museológicos – musealia –, desde a intenção à ação, já carrega a musealidade – valores atribuídos – de um dilema ético humano profundo, o que pode ser continuado pela musealização – processos que se dão no transcurso do tempo, ora agregando outros valores, ora evidenciando ou ocultando-os, ora reproduzindo visões do passado que devem ser tratadas crítica, moral e eticamente no presente.³⁵

Assim, a *museália* é a peça de museu atravessado pela musealização e pela musealidade, é o resultado final dos processos de significados de todas as tricotomias. Portanto, o corpo LGBTQIA+ também é passível desta lógica de valores atribuídos, previamente humano e pessoal. Para complementar tais discussões, são apresentadas a seguir reflexões acerca das memórias e identidades.

³¹ CURY, *op. cit.*

³² *Ibidem.*

³³ HORTA, M. L. P. *Museum semiotics: a new approach to museum communication*. Tese (Doutorado em Museum Studies). Leicester/UK: Universidade de Leicester, 1992.

³⁴ ECHTERNACH, *op. cit.*

³⁵ CURY, *op. cit.*, p. 22.

Memórias e identidades

A negociação entre memória e identidade destacada por Pollak,³⁶ Diehl³⁷ e Candau³⁸ deve ocorrer em especial no campo da Museologia, dada a natureza do campo, porque, a partir da memória, a construção de novas narrativas,³⁹ especialmente quando se foca o campo epistemológico da museologia, é o lugar das identidades pós-modernas, como as identidades LGBTQIA+.

Memória

A memória é um construto abordado por inúmeros campos e abordagens diferentes no fluxo do tempo. Para Azevedo Netto,⁴⁰ o construto memória é atravessado pelo universo simbólico nos processos de representação dela, quando são criados referentes para sua cristalização nas consciências individuais e também coletivas.

O mesmo autor⁴¹ considera que a memória deve ser tratada para além da lógica dos monumentos históricos, passando-a para outros elementos que registram o cotidiano, o que infere que o construto memória tem alargamento epistêmico, e, como tal, possui contextualidade com possibilidade de atualização.⁴² O construto memória é um dos meta-objetos de estudos na Ciência da Informação para compreensão de seu objeto - a informação - e estes estudos revelam dimensões e derivações, como demonstra o quadro 1.

³⁶ POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

³⁷ DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2002.

³⁸ CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

³⁹ COSTA, K. L. *Memória, identidade e patrimônio museal*. Indaial: Uniasselvi, 2021.

⁴⁰ AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do patrimônio arqueológico - reflexões através do registro e disseminação da informação. *Ciência da Informação*, v. 37, n. 3, 2008.

⁴¹ AZEVEDO NETTO, C. X.; SILVA, H. S. A. Documentos e procedimentos necessários para a preservação do patrimônio material pelo processo de tombamento. *Biblionline*, v. 6, n. 2, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16624>. Acesso em: 31 ago. 2023.

⁴² DIEHL, *op. cit.*

MEMÓRIA			
Oral		Escrita	Digital
Memória Individual	Memória Coletiva	Memória Social	Memória artificial
Acontecimentos pessoais			
	Sentimento de pertença		
		Escolha do que conservar	Escolha do que conservar
			Algoritmos
Percepção e sensação			Digital
			Virtual
Cognição			On line
	Conexão Social		
Simbolização	Simbolização		
		Transmissão	
		Registro, suportes; materialidade	
		Pública	Pública
		Manutenção e a atualização	Manutenção e a atualização
		Política	
		História	
		Simulacros	

Quadro 1. Distinções e aproximações da memória.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Essas dimensões e derivações têm como referências os pensamentos de Bergson,⁴³ Halbwachs,⁴⁴ Ricouer,⁴⁵ Le Goff,⁴⁶ Pierre Nora⁴⁷ e Candau,⁴⁸ que fazem aproximações epistêmico-cognitivas com as identidades.⁴⁹ Assim, a recorrência de debates epistemológicos sobre dimensões e derivações da memória apresentam distinções e aproximações. Ou seja, a recorrência aponta alguns tipos de memória: a memória individual, a memória coletiva, a memória social e ainda a memória humana - sendo o contraponto à memória artificial. Porém, em alguma medida, a memória artificial é também humana.

⁴³ BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴⁴ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁴⁵ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁴⁶ LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

⁴⁷ NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC/SP, 1993. Projeto História.

⁴⁸ CANDAU, *op. cit.*

⁴⁹ MELO FILHO, E. T. Relações teórico-conceituais entre identidade e memória na perspectiva da Ciência da Informação. *Informação em Pauta*, v. 1, n. 2, p. 116-130, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41286>. Acesso em: 6 mar. 2023.

Para o psicólogo cognitivista Candau,⁵⁰ o conceito de memória é fundamental para qualquer cientista social. Para ele a memória “é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado [...] um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ [...]”.⁵¹

Nesta perspectiva, a identidade é um construto intimamente ligado à memória. Assim, ele dá ênfase ao fato de que há laços fundamentais entre memória e identidade, argumentando que “é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade”.⁵²

Candau⁵³ deriva seu conceito em três dimensões: a protomemória, que versa na memória social, que é um registro no corpo como, por exemplo, os gestos, os hábitos, as respostas e os comportamentos sociais comuns. Ele destaca também a metamemória, essa que precisa ser evocada voluntariamente; assim, há um esforço cognitivo, que é a representação que fazemos das próprias lembranças, e essas dizem respeito à construção identitária. Para ele, a terceira dimensão de memória, a metamemória, a que se refere à memória coletiva, que pode ser compartilhada e consiste no conjunto de representações da memória.

Porém, as dimensões e derivações que incluem a memória individual, coletiva, social e artificial podem ser atravessadas por aspectos agonísticos, pouco explorados conceitualmente na Ciência da Informação e em outras áreas. Para Candau,⁵⁴ a memória agonística nasce da interação humana por meio de lutas, batalhas, disputas, conflitos e jogo de poder, e pode estar intimamente ligada à demarcação de território. Logo, reflete-se nas identidades, uma vez que, para fazer a manutenção delas, as identidades dissidentes, sobretudo, adotam comportamentos comuns de lutas, batalhas, disputas, conflitos e jogos de poder. Esses entrelaçamentos são compreendidos na ação explícita como o corpo bélico; o com-

⁵⁰ CANDAU, *op. cit.*

⁵¹ *Ibidem*, p. 9-10.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ CANDAU, *op. cit.*

portamento agonístico também conglomerava toda ação no espaço que envolve uma intimidação, de persuadir, de enganar, de achincalhar, de debochar e de provocar.⁵⁵

Identidades

Para a compreensão das identidades, faz-se necessário que o museólogo tenhasciência das intersecções que articulam a dicotomia sujeito/sociedade, com seus diversos corolários, como os saberes psicológicos/sociológicos e, de certo modo, da emoção/razão.⁵⁶ Sob este prisma, pode-se destacar fatores como a compreensão dos espectrais, perfis e grupos que constituem a comunidade LGBTQIA+ segundo o pensamento de Hall⁵⁷ acerca do sujeito pós-moderno. Ao investigar sobre as memórias LGBTQIA+, Hall contribui para o entendimento da construção das identidades LGBTQIA+, uma vez que lutas, disputas, conflitos, jogos de poder e antitético – que são internos e externos – estão ligados a esses fenômenos. Para Clarke, a identidade

[...] é uma apresentação ou papel de alguma entidade subjacente. Cada identidade tem atributos, como estilo de desempenho e preferências. Identidades e atributos existem no mundo real, não nas unidades de disco. Qualquer entidade específica pode estar associada a qualquer número de identidades, e não apenas a uma.⁵⁸

Assim, a partir do pensamento de Clarke,⁵⁹ as identidades são papéis que podem ser associados a várias entidades. Considerando a diversidade de papéis que podem ser associados a um todo, estabelecer a relação entre as memórias e as identidades LGBTQIA+ consiste em uma tarefa desafiadora.

⁵⁵ TOZZINI, D. L. *Programa forte em sociologia do conhecimento e teoria ator-rede: a disputa dentro dos sciences studies*. Tese (Doutorado em Filosofia). Curitiba: Pós-Graduação em Filosofia do Setor de Ciências Humanas/Universidade Federal do Paraná, 2019.

⁵⁶ AZEVEDO NETTO; SILVA, *op. cit.*

⁵⁷ HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁵⁸ CLARKE, R. Dissidentity: the political dimension of identity and privacy. *Identity in the Information Society*, Sidney, v. 1, n. 1, 2008, p. 222. Tradução dos autores. Disponível em: <http://www.rogerclarke.com/DV/Dissidentity.html>. Acesso em: 13 dez. 2023

⁵⁹ *Ibidem*.

à multiplicidade de identidades possíveis. Assim, difere do sujeito do Iluminismo, no qual o foco da identidade orbita a individualidade – no sujeito sociológico a identidade flutua na mudança do mundo moderno com o link “eu” e sociedade. Assim, ao focar essas dimensões, percebe-se que a identidade não é fixa nem unificada, ela é múltipla e pode assumir aspectos diferentes em vários momentos.⁶⁵

Investigar as memórias LGBTQIA+ contribui para compreender a construção de suas identidades, pois as lutas, disputas, conflitos, jogo de poder e ações antiéticas são internas e externas e incluem os modelos de sistemas de produção e disseminação de informação, conhecimentos e valores. Assim, o sistema fenomenológico – em que a informação gênero-sexualidade se configura como insumo e sistema compulsório – impõe que o sujeito LGBTQIA+ acesse e use a informação discrepante de sua realidade.

Análise e discussão

Considerar o corpo LGBTQIA+ como signo é uma estratégia para compreender as construções mentais simbólico/imagem e estético/imagem – equívocos acerca do sujeito LGBTQIA+ – construídas historicamente, as quais apontam a necessidade de que os museólogos, como guardiões da memória, revejam esses equívocos nos processos de musealização e musealidade.

Por exemplo, as pseudos características, existencialidades e leis que formam as representações distorcidas e reducionistas de corpo LGBTQIA+ no senso comum – que figura o corpo LGBTQIA+ como aquele que encerra em si mesmo – ignoram que há inúmeras formas de identidades e que cada identidade tem suas leis e lógicas. Quando o senso comum visualiza o corpo LGBTQIA+ como ícone, representa-o como um corpo cômico, exótico, diferente, um olhar do colonizador que esbarra na lógica kitsch. Esse olhar não sabe fazer a diferença entre um corpo LGBTQIA+ artístico, como por exemplo as *drag queens*, e um corpo LGBTQIA+ civil, em que há apenas o cidadão, o sujeito e não o artista.

⁶⁵ COSTA, *op. cit.*

O corpo LGBTQIA+ como um índice para o senso comum é automaticamente associado ao HIV, uma representação construída entre a década de 1980 e a seguinte, mas ainda em voga, com seus discursos de atualização. O corpo LGBTQIA+ é figurado também como símbolo da sexualização e da ameaça ao modelo de família nuclear tradicional. Essas são algumas das construções prosaicas do corpo LGBTQIA+ como signo, associado a inúmeras cadeias de outros significados. Para não perpetuar essas imagens simbólicas e estéticas do preconceito e da discriminação, deve-se produzir imagens epistêmicas que as expliquem.

Na coleta de dados foram localizados 22 (vinte e dois) trabalhos acerca da informação gênero-sexualidade no campo da Ciência da Informação, como evidenciam os quadros 2 e 3.

CABRERA, M. R. D. *A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação.* Marília/SP, 2012.

“Observa-se que o Brasil aumentou suas discussões em relação à questão homossexual em contraponto com países como Afeganistão e Irã, que possuem a *pena de morte* para homossexuais, mas ainda caminhamos a passos lentos sobre a questão do preconceito e dos direitos dos homossexuais”. (p. 43)

The Stonewall Book Award for Children’s and Young Adult Literature Joins the ALA Youth Media Awards, Johnston, L. Young Adult Library Services, 2011, p. 71.

NASCIMENTO, F. A. *Memória da militância: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense.* Recife/PE, 2015.

“Podemos compreender e observar que o movimento homossexual no Brasil começa a ganhar forma na década de 1960, no contexto de pós-Segunda Guerra, o que esboçou o primeiro passo para o surgimento de um possível movimento LGBT [...]. A data que ficou como marca na história do moderno movimento *gay* mundial foi 28 de junho de 1969, quando a *rebelião* de GLBTT contra as arbitrarias batidas policiais no Bar *Stonewall*, em Nova Iorque. No primeiro aniversário da rebelião, 10 mil homossexuais, provenientes de todos os estados norte-americanos marcharam, sobre as ruas de Nova Iorque, demonstrando que estavam dispostos a seguir lutando pelos seus direitos. Desde então ‘28 de Junho’ é considerado o Dia Internacional do Orgulho GLBTT [...]. O contexto de marginalização, violência e exclusão em que o LGBT é condicionado o impulsiona a resistir dentro do cenário local como forma de sobrevivência. Era recorrente nas famílias caririenses enviarem seus filhos para estudarem nas capitais mais próxi-

mas, seja por vocação, ou mesmo para esconder a sexualidade vexatória dos seus sucessores". (p. 78)

"Cabe ressaltar que o universo das homossexualidades, devido sua construção sócio-histórica, criou *mecanismos de defesa* como forma de defesa contra a violência e de resistência em sua sociedade heteronormativa; com isso, nos ambientes de socialização (*guetos, boates, saunas, locais de prostituição, entre outros*) todo um dialeto fora criado como forma segura de comunicação no contexto das homossexualidades.

[...] temáticas são reincidentes no âmbito do movimento LGBT no Cariri e por traços peculiares das *lutas* cotidianas do próprio movimento na região, em uma tentativa de *auferir o espaço*, dignidade e a reestabelecer os direitos humanos que lhes fora cerceados". (p. 59)

VIANA, A. F. *A produção científica acerca da temática LGBT [manuscrito]: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG*. Belo Horizonte/MG, 2017.

"Historicamente, a questão da saúde foi de grande impacto para esse segmento, como atestam Conde (2004); Facchini (2002) e Franco (2009), desde o advento do *HIV/AIDS* que estigmatizou os LGBT como causadores e propagadores da infecção". (p. 127)

"Os autores mencionam em seus trabalhos que a partir do *Levante de Stonewall* foram criadas as condições necessárias para o surgimento do chamado "movimento homossexual"¹⁷ em meio à ditadura militar brasileira". (p. 77)

LIMA, G. B. *Filmes LGBT como memória e resistência: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e desenvolvimento de coleções*. Juazeiro do Norte/CE, 2018.

"Além da injúria, do insulto, do desprezo, essas pessoas precisavam lidar com o estigma da vergonha imposta pela violência simbólica e mais gravemente pela *violência física*. Historicamente os relatos de chantagem e extorsão [...] sobre a condição gay comprovaram o tipo de violência a que essas pessoas foram atingidas". (p. 33)

"Essa situação de total desrespeito a que pessoas LGBT estavam condicionadas, teve sua situação limite quando travestis, lésbicas e gays sofreram violência física e extorsão financeira de policiais nos Estados Unidos em 1969. As *freqüentes 'batidas'* que os policiais efetuavam nos bares onde essas pessoas se encontravam levaram a uma ação que culminou no que ficou conhecido como o movimento que deu origem [...] origem nas *lutas* em torno do bar *Stonewall* em Nova York, em 28 de junho de 1969 [...]. (p. 33)

SANTOS, B. A. *Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo*. Salvador/BA, 2018.

"Assim, as pessoas, os governos, as organizações, as instituições, as representações políticas, os movimentos sociais devem valorizar a cultura, na certeza de que ela pode ser base para o desenvolvimento social e econômico de uma

nação e cumprir um excelente papel de inclusão de sujeitos *historicamente marginalizados*". (p. 41)

"3) Dia do Orgulho LGBT (28 de junho): tem sua origem em torno do *bar Stonewall*, de Nova York, em 28 de junho de 1969, quando uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais. Por três dias e três noites, pessoas LGBT e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida com *Revolta de Stonewall*. Surgiu o Gay Pride e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais". (p. 51)

"Na década de 1980, as lésbicas do Grupo Somos, por não se sentirem vistas nas reivindicações do movimento social, fundam o Grupo de Ação Lésbico-Feminista. Nesse momento, também surge um grupo de bastante relevância para movimento que foi o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo do Nordeste brasileiro. Para Silva (2012), o GGB teve uma atuação voltada para a visibilidade de *violências* cometidas contra *gays* nesse primeiro momento e até os dias de hoje vem denunciando *violências* contra LGBT". (p. 64)

"Um desses momentos de rupturas aconteceu em 28 de junho de 1969, na chamada *Rebelião de Stonewall*, em Nova York, Estados Unidos. Na ocasião, travestis, *drag queens*, *gays* e lésbicas entraram em confronto com os policiais da cidade, após uma série de *abusos* que vinham sofrendo. O referido movimento estimulou outras mobilizações similares em defesa dos direitos LGBTI+ ao redor do mundo, o que justifica o fato de a data de 28 de junho ser celebrada, mundialmente, como o 'Dia do Orgulho LGBTI+' (Facchini, 2005)". (p. 77)

"Podemos aferir que jovens e adultos LGBT são os que mais estão expostos à violência homofóbica no Brasil, pois culturalmente estão mais dispostos a manifestações públicas de afetividade e sexualidade em lugares de convivência tanto do público LGBT, como em lugares destinados ao público em geral". (p. 90)

RIGHETTO, G. G. *Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis*. Florianópolis/SC, 2018.

"As pessoas trans compõem um grupo vulnerável no país e o risco de uma pessoa trans ser *assassinada* é quatorze vezes maior do que o de um homem cisgênero *gay*, e a chance dessa *morte* ser violenta é nove vezes maior". (p. 127)

"O não reconhecimento das identidades trans, o *abandono familiar*, a evasão escolar, a precarização laboral, a exclusão do mercado de trabalho e outros fatores levam à marginalização dessa população. Acredita-se que o Estado é o maior opressor da população trans ao não reconhecer e desqualificar sua(s) identidade(s) de gênero (Rede Trans Brasil, 2017)". (p. 194)

SERAFIM, J. S. *Travestis no universo da arte: um retrato da memória social no âmbito do filo*. Londrina/PR, 2018.

"O retrato fica mais nítido quando ele é aproximado das ideias centrais dos participantes que dizem: existe preconceito para com as pessoas transexuais

no mercado de trabalho. Para muitas delas, a prostituição é primeira opção de trabalho. Porque o preconceito está na estrutura social e naturalizado na cultura, por isso existe o *medo* de sofrer violência física". (p. 78)

BRITO, J. F. *Arquitetura da informação em websites de turismo LGBTQ*. Florianópolis/SC, 2019.

"Nesse contexto, percebe-se que o segmento LGBTQ é um dos que mais usufrui dessa prerrogativa, viajar utilizando-se de roteiros turísticos que atendam sua demanda, com destinos onde possa ser bem acolhido, inserido na sociedade local, sem formar *guetos*". (p. 85)

"Guzzo (2013) destaca que a história da Parada Gay iniciou-se no dia 28 de junho de 1969. Neste dia, homossexuais presentes em um bar de Nova York, chamado *Stonewall Inn*, conhecido por ser frequentado pela comunidade LGBTQ, se revoltaram violentamente com o apoio de dois mil civis contra uma batida policial, na época, corriqueira, que tinha a intenção de prender sem motivo legal os frequentadores do bar que estivessem travestidos. Porém desta vez, houve uma reação popular em massa inesperada. Esta data se tornou então, o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ". (p. 87)

SILVA, L. F. *Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT*. João Pessoa/PB, 2019.

"Percebe-se que, *historicamente*, a expressão desses sujeitos vem sendo entendida como uma subversão aos ideais de homem e mulher, concebidos por conceitos pseudocientíficos, resultando em relações conflitantes, traduzidas em severas sanções a *peessoas transexuais*. Estas sanções incluem (in)visibilização, *violências*, negação de direitos fundamentais e diversas outras ações que por vezes culminam na morte desses sujeitos". (p. 20)

"E foi exatamente entre 1960 e 1970 que houve uma proeminente visibilidade e disseminação do movimento, cuja característica era um discurso autoafirmativo e de luta por liberação, seguindo tendências do movimento nos EUA. Dentro do contexto internacional, uma significativa manifestação que pode ser citada como exemplo deste embate é: [...] a revolta de **Stonewall**, um **bar** de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o 'Dia do Orgulho Gay' [...]". (p. 82)

"Deste modo, o grupo SOMOS juntamente com o jornal *Lampião da Esquina* inauguraram uma fase na qual buscavam tirar os homossexuais do '*gueto*', e por meio de manifestações públicas lutaram por direitos e representatividade à medida que se colocavam na militância que reivindicava a defesa dos direitos sexuais [...]". (p. 83)

SILVA, M. B. *Arquitetura da informação pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à lgbtfobia na Paraíba*. João Pessoa/PB, 2019.

"Nem sempre a homossexualidade foi vista de forma depreciativa ou mesmo como uma aberração passível de *violência*. 'Na Grécia antiga ela tinha status privi-

legiado [...]’ (TONIETTE, 2005, p. 41). De acordo com Toniette (2005), a relação entre pessoas do mesmo sexo era, na Grécia Antiga, uma forma de transmissão de valores”. (p. 70)

“[...], apenas em 1948 ressurgem movimentos em prol dos direitos LGBTI+, cujo divisor de águas foi em 1969 quando homossexuais e travestis resistiram à uma invasão policial no bar *Stonewall* Inn em Nova York, seguido de cinco dias de protestos exigindo igualdade de direitos aos homossexuais. A partir daí o movimento cresceu e se fortaleceu por meio de grupos organizados”. (p. 71)

ROMEIRO, N. L. *Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ, 2019.

“Quanto à mutilação genital e de membros, ou à pena de *morte* para crimes sexuais, estas eram consideradas penas para as violações ao patrimônio de uma família”. (p. 52)

NASCIMENTO, M. A. S. *Práticas informacionais de travestis da Grande Vitória (ES)*. Vitória/ES, 2021.

“Nessa perspectiva, considera-se que colocar em análise a identidade travesti como objeto de estudo deste trabalho amplia a existência de epistemologias contra-hegemônicas, deslocando-a dos *papéis antagônicos*, desviantes e abjetos dos quais fora *historicamente colocada*”. (p. 16)

“Coloca-se em questão os jogos de poder/saber/conhecimento frente à articulação das normas, das leis e das instituições sociais, as quais determinam a perpetuação de opressões e *violências por interesse dos grupos dominantes*. Nessa linha de raciocínio, as travestis adulteram as premissas de *sexo, gênero, sexualidade e desejo*, desconstruindo os limites imagéticos e inteligíveis a respeito das noções de masculinidade e feminilidade tradicionais”. (p. 31)

LOPES, M. V. *Folksonomia para representação do conhecimento em fotografias do movimento LGBTQ+ em unidades de informação*. Londrina/PR, 2021.

“Segundo Facchini (2003) o SOMOS e a maioria dos grupos dessa primeira ‘onda’ tinham um caráter antiautoritário e comunitarista e defendiam uma transformação da sociedade como um todo, ora defendendo a aliança com outras minorias para alcançarem esse fim, ora defendendo a autonomia do movimento. As reuniões do SOMOS tinham o intuito de ajudar os indivíduos a construir sua identidade homossexual, através de relatos autobiográficos, o grupo procurava entender como era a vida LGBTQ+ no *gueto*”. (p. 112)

“Segundo Fry e MacRae (1985) esses grupos iniciais não tinham atitudes políticas fortes, contudo, a situação mudou em 1969 com a *‘Revolução de Stonewall’*, conhecida como o marco do início do movimento LGBTQ+ a nível mundial. O que parece ter marcado o nascimento deste grupo foi a *“Rebelião*

de *Stonewall*", que é para o movimento homossexual algo parecido com a tomada da Bastilha para a Revolução Francesa. Na noite de 28 de junho de 1969, uma sexta-feira, alegando o descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas, a polícia tentou interditar um bar chamado *Stonewall Inn*, localizado em Christopher Street, a rua mais movimentada da área conhecida como o 'gueto' homossexual de Nova York". (p. 109)

"Os nazistas também aproveitaram o parágrafo 175 para perseguir e prender os homossexuais alemães. Eles eram enviados aos campos de concentração, onde eram escravizados, passavam por experiências médicas, como a lobotomização, onde uma parte do cérebro era retirada como forma de cessar o desejo sexual da pessoa, além das torturas e mortes (FERREIRA, 2013)". (p. 108)

SILVA, L. C. *A resiliência informacional no contexto da homofobia: o papel das práticas informacionais no Espaço LGBT de João Pessoa-PB*. João Pessoa/PB, 2022.

"Com a organização do movimento LGBTQIA+, a partir de 1970, a população LGBTQIA+ passa a lutar pela descriminalização e *despatologização* das sexualidades não normativas (SANTOS, 2020), de modo que [...]. E, em segundo lugar, o *abandono familiar*, passando a viver nas ruas e da solidariedade de conhecidos, essa segunda perspectiva se apresenta como a marginalização e *brutalização dos corpos* dos sujeitos LGBTQIA+ por subverterem os valores sociais criados na sociedade pelo modelo heteronormativo". (p. 76)

"No cenário internacional, em 28 de junho de 1969, ocorreu a *Rebelião de Stonewall* em Nova York, nos Estados Unidos, significativa manifestação para a população LGBTQIA+. [...] pessoas LGBTQIA+ enfrentavam a polícia pelos frequentes abusos que sofriam". (p. 42)

CHAGAS, L. B. R. *Terminologia LGBTQIAP+ em linguagens de indexação: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG*. Belo Horizonte/MG, 2022.

"No Brasil, o Movimento Homossexual Brasileiro (atualmente denominado LGBTQIAP+) começou a se articular no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, durante a ditadura militar. Foi neste contexto de repressão e luta pela abertura política, que o movimento *gay* se posicionou contra as subalternidades impostas pelos discursos heterossexistas da época. Diante desse entendimento, percebeu-se a relevância de analisar uma linguagem de indexação enquanto prática social e discursiva, pois o reconhecimento da relação discurso-poder-ideologia nas práticas da organização e representação da informação possibilita que os atores envolvidos nesse processo se engajem em práticas discursivas emancipatórias para a representação temática de grupos sociais historicamente subalternizados". (p. 96)

Quadro 2. Dissertações. Fonte: Elaboração própria (2023).

Como é possível observar no quadro apresentado acima, a partir de uma leitura integral das produções científicas analisadas, foram elencados aspectos relacionados à memória apresentados pelas pessoas autoras e a convergência das suas discussões no campo da Ciência da Informação.

Dentre os trabalhos apresentados, conforme o quadro 2, quinze são dissertações, e, conforme o quadro 3, sete são teses. Desse total, seis trabalhos foram produzidos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); três na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); três na Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília); dois na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e dois na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Além desses, as seguintes universidades publicaram um trabalho em cada uma delas: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

PINHO, F. A. Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. Marília/SP, 2010.

"Nesse sentido, a ocorrência da homofobia se materializa no *insulto* que pode estar presente na *difamação* ou nos atos de *violência física ou psíquica (bullying, em inglês)*, em *injúrias verbais* ou gestos e mímicas obscenos mais óbvios, além de formas mais sutis e disfarçadas, [...]. Esse tipo de preconceito é histórica e socialmente construído". (p. 21)

[...] não há nenhuma regra satisfatória para escolher entre os usos dos termos homossexual e *gay* fora de um contexto pós *Stonewall* [...], onde *gay* tinha preferência na escolha por parte de um grande público que assim se auto-referenciava. Para o autor, o uso do termo homossexual ocorre, no contexto norte-americano, antes do final do século XIX, de forma menos limitada do que *gay*, o que indicava um caráter oficial". (p. 24)

PINTO, F. V. M. Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na "reinvenção do corpo". Belo Horizonte/MG, 2020.

"*Stonewall Inn* era um bar de Nova York frequentado pelas pessoas mais *marginalizadas* da sociedade: os LGBTQs, os *pobres*, os *negros* e os *latinos*. Era um dos poucos locais públicos onde LGBTQs podiam se expressar livremente. Em tensão permanente com a polícia, as máfias que controlavam o bar subornavam as autoridades policiais para manter o local aberto". (p. 68).

"Historicamente marginalizados, as/os LGBTs sempre foram foco de preconceito e *violência*". (p. 71)

"Entre os grupos *marginalizados*, talvez os LGBTs, em especial as travestis e pessoas trans, representem o setor que governos e parlamentos mais possuem dificuldades e falta de interesse para a implementação de políticas públicas no Brasil". (p. 78)

"O debate sobre as relações de gênero e a diversidade sexual é importante no campo da defesa dos direitos humanos, uma vez que o preconceito contra a população LGBT ultrapassa os limites da fala e se transforma em atos de *violência física*, podendo chegar ao *assassinato*. A maneira como se vinculava, até pouco tempo, a chancela institucional da identidade trans ao diagnóstico médico não respeitava a diversidade de expressões dessas identidades e levava à exclusão e ao *risco de morte* dessas pessoas". (p. 138)

SANTOS, R. N. R. *Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil*. João Pessoa/PB, 2020.

"Assim, o movimento LGBTI+ segue a linha de luta contra discriminação e a violência e de reconhecimento da cidadania. Historicamente, pessoas LGBTI+ têm com frequência *sido excluídas de suas famílias* e assistido à negação de sua cidadania e de seus direitos civis.

Trata-se de momento de tornar visível para a sociedade uma população que 'constrói suas vidas, elaboram seus desejos, lutam pela diária *sobrevivência*, padecem de sofrimentos, alimentam-se de esperanças e, especialmente, amam de diferentes formas ou arquitetam diferentes corpos'". (p. 20)

SAMPAIO, D. B. *A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no serviço nacional de informação nas décadas de 1970 a 1980*. João Pessoa/PB, 2021.

"Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em 1969, em Nova Iorque, e ficou conhecido como Rebelião de *Stonewall* [...] (LEAL, 2010), já aqui no Brasil, batidas desta natureza eram conhecidas como rondões (Green; Quinalha, 2018)". (p. 66)

"*Patologização, segregação, marginalização, discriminação, truculência policial* são alguns termos que denotam este ambiente hostil. No entanto, entre as palavras que, nesta região, se encontram, homossexualismo e opção sexual são, ainda, utilizadas no movimento como autorrepresentação". (p. 143)

"Muitas pessoas LGBTQIA+ ainda viviam nos *guetos*, em bares marginalizados, escondidos dos *locais mais 'higienizados'* da sociedade brasileira". (p. 136)

"[...] na época de chumbo do Brasil, a *violência física* aos homossexuais é bastante clara, sobretudo aos *homens gays*, no entanto, formas outras de perseguição e violência eram desferidas aos LGBTQIA+". (p. 40)

[...] o silêncio sobre os documentos que, de fato, mostravam o que o governo brasileiro tentava esconder só fora quebrado a partir do movimento externo, a

partir de casos como, por exemplo, o de Vladimir Herzog, jornalista preso, torturado e morto pela ditadura, cuja *morte* fora forjada para parecer um *suicídio*".

NASCIMENTO, F. A. *Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIA+.* Marília/SP, 2021.

"Assim, as homossexualidades insurgem no âmbito dos movimentos sociais ganhando tónus na segunda metade do século XX e uma maior visibilidade após *Stonewall* (28 de junho a 3 de julho de 1969) que, apesar de ser considerado o marco fundador na narrativa histórica acerca do movimento LGBTQIA+, sendo considerada a revolta de maior visibilidade, não foi a única. Sob as linhas de Albertini, Costa e Miranda (2019, p. 2), ancorando-se no argumento de (GAGNON, 1990) afirmam que '[...] *Stonewall* não é o zero absoluto da história *gay* contemporânea, mas se tornou o mito fundador de uma nova era para identidades sexuais, as quais passaram a ser instadas a se revelar publicamente". (p. 131)

"Logo, é necessário compreender que os espaços 'íntimos' e/ou 'privados' aos quais os autores se referem certificam a existência condicionada a qual as dissidências sexuais e de gênero são submetidas em prol de uma existência subalterna, tendo suas representações nos 'armários', "guetos", 'becos' e 'porões' evidenciando as relações de poder instauradas sobre '[...] sexualidade, consumo, estilo de vida e classe' (França, 2007, p. 229). '[...] íntimos de cada ser desviante, locais subjetivamente repressivos e institucionalizados pela sociedade heteronormativa dominante, como os únicos lugares possíveis para as manifestações afetivas e sexuais dos indivíduos homossexuais e/ou transgressores da norma (SOUSA, 2019, p. 39)". (p. 144)

"[...] é comum nas narrativas mencionadas, o olhar abjeto, servindo como uma das justificativas para a colonização, fazendo uso, sobretudo, da conversão a partir do medo'. Destacam-se dentre as narrativas históricas, três registros, dado o volume e riqueza de detalhes com que foram descritos, sendo um de humilhação pública e degredo, envolvendo uma mulher acusada de sodomia, e outras duas acerca da aplicação da pena capital como punição pela prática da sodomia, uma de um nativo, condenado à *morte por boca de canhão*, e o terceiro, um cativo morto no tronco por seu senhor por ter praticado *sodomia* com um capitão do exército". (p. 87)

RANGEL, T. R. *(Re) pensando a universalidade do acesso nos arquivos públicos: a acessibilidade como uma ferramenta inclusiva para a garantia da cidadania.* Niterói/RJ, 2023.

"O fazer técnico profissional, atrelado às funções arquivísticas, pode refletir tanto o contexto sócio-histórico presente nos acervos que o arquivo custodia, quanto aniquilar simbolicamente grupos minoritários, como é o caso dos arquivos comunitários LGBTQ2+ do Canadá e dos Estados Unidos. Como voluntário e diretor do conselho LGBTQ2 + Oral History Digital Collaboratory, da ArQuives, Elspeth Brown se dedicou a uma proposta de estruturação interseccional e trans inclusiva para os arquivos. Por meio do processo da análise e a pesquisa no acervo, notou-se a ausência de representatividade

de grupos integrantes à comunidade LGBTQ2+, senão brancos, gays, cis. Isso ocorreu devido à política de aquisição do arquivo comunitário". (p. 163)

SANTANA, S. R. *Epistemologia em Ciência da Informação: uma análise à luz dos obstáculos bachelardianos*. João Pessoa/PB, 2023.

"Isso significa dizer que há forças de colisão entre pesquisadores seniores tradicionalistas apegados as grandes narrativas modernas e pesquisadores juniores pós-positivistas como sujeitos negros e mulheres (originários, LGBTQIA+) e reconfiguração de mentalidades de pesquisadores seniores com sujeitos sensíveis a estes estudos". (p. 165)

Quadro 3. Teses. Fonte: Elaboração própria (2023).

É importante lembrar que as análises dos trabalhos focaram o aspecto memorialístico LGBTQIA+. Assim, de forma geral, todos os trabalhos compartilham a memória como um conjunto constituído por dois grupos de fenômenos e suas mútuas conexões. Descrevem as injúrias, mentiras, negligências, violência, refúgio e morte, mas, em simultâneo, narraram as lutas e as estratégias políticas de resistência e resiliência da comunidade LGBTQIA+.

Fazendo um recorte temporal entre o final da modernidade e o início da pós-modernidade, ambas as perspectivas têm em comum o episódio Stonewall, fato que demarca a dimensão de memória social (escolha do que conservar, transmissão, registro, suportes, materialidade, público, manutenção, atualização, política, história, simulacros).

Essa memória social é muito reveladora sobre o corpo LGBTQIA+ na atualidade, como também, em certa medida, reflete as subjetividades e o comportamento do sujeito LGBTQIA+, pois Stonewall é um exemplo em menor escala de como são figurados os sujeitos LGBTQIA+ nos espaços geográficos e públicos não LGBTQIA+ e nem *friendly* ("amigável", em inglês).

Dos vinte e dois trabalhos, quinze trazem a referência de memória social de Stonewall, com exceção de cinco:

Pessoas autoras	Título do trabalho	Ano de publicação
SERAFIM, J. S.	Travestis no universo da arte: um retrato da memória social no âmbito do filo.	2018
RICETTO, G. G.	Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis.	2018
ROMEIRO, N. L.	Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a Folksonomia como ativismo em oposição à violência sexual no Brasil	2019
NASCIMENTO, M. A. S.	Práticas informacionais de travestis da Grande Vitória (ES)	2021
CHAGAS, L. B. R.	Terminologia LGBTQIAPP+ em linguagens de indexação: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG	2022
SANTANA, S. R.	Epistemologia em Ciência da Informação: uma análise à luz dos obstáculos bachelandianos	2023

Quadro 4. Trabalhos sobre memória social sem referência a Stonewall.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Assim, a memória social Stonewall é figurada através de significados como: Bar Stonewall, Levante de Stonewall, Revolta de Stonewall, Rebelião de Stonewall e Revolução de Stonewall, que demarcam a relação entre “espaço e ação”, ou seja, o espaço geográfico e a ação de luta, não de forma simbólica, mas configurando o corpo como mecanismo bélico.

A essa memória social de espaço e ação se agrega muitos fenômenos, tais como: forças de colisão, esconder a sexualidade vexatória, acolhimento nos guetos, a violência física, violências por interesse dos grupos dominantes, brutalização dos corpos, insultos, difamação, marginalizados, sobrevivência, becos e porões, locais mais higienizados, de auferir o espaço, pena de morte, mecanismos de defesa, HIV/AIDS, frequentes batidas, abusos, medo, suicídio, sodomia, entre outros.

Esses fenômenos demarcados pelos cientistas da informação nas narrativas memorialísticas sociais são postos para evidenciar as justificativas da urgência de se debruçar sobre essa população e, em simultâneo, versa em um movimento para que o esquecimento não ecoe. Em alguma mediada esses fenômenos citados pelos cientistas da informação carregam a dimensão simbólica e estética. E, a certo ponto, essas imagens simbólicas e estéticas são mecanismos epistêmicos porque têm um objetivo específico de manter a memória viva, mas que precisam estar em consonância com dimensões puramente epistêmicas.

Por trás desses fenômenos citados pelos cientistas da informação – autores das teses e dissertações – os resultados convergem com as cinco forças que regem o preconceito e suas formas, como evidencia a lógica de Allport,⁶⁶ quando foca uma comunidade sub-representada, conforme destaca Santana, Melo e Souza⁶⁷ em relação à comunidade LGBTQIA+.

O primeiro nível é a “antilocução”, em que o sujeito LGBTQIA+ ou não LGBTQIA+ passam a fazer chistes, estereotipando abertamente o sujeito LGBTQIA+, que a princípio essa incitação ao ódio pode ser figurada como inofensiva. Entretanto, por si só pode não ser danoso, estabelecendo nas entre linhas de suas articulações as erupções mais sérias quanto ao preconceito. O segundo é a “esquiva”, em que o sujeito não LGBTQIA+ evita o sujeito LGBTQIA+. Quando ocorre entre os sujeitos LGBTQIA+, ele(a) passa a evitar os sujeitos LGBTQIA+ de determinados grupos, perfis e espectral LGBTQIA+. A “esquiva” se caracteriza como uma agressão psicológica/simbólica pelo o isolamento. O terceiro nível é a “discriminação”, nele, sobretudo, o sujeito heterossexual passa a negar oportunidades e serviços aos(às) LGBTQIA+, impedindo que atinja seus objetivos no contexto social amplo. O quarto nível é o “ataque físico”, e nele, sobretudo, os/as sujeitos heterossexuais vandalizam o patrimônio dos(as) LGBTQIA+, passando assim a destruir, queimar as propriedades, como também efetiva ataques físicos contra os grupos, perfis e amplitude espectral LGBTQIA+. E, por último, o “extermínio”, que compreende o nível em que o LGBTQIA+ é exterminado(a), assassinado(a) apenas pela sua condição existencial diferente dos padrões dominantes.

Isso significa inferir que a antilocução, a esquiva, a discriminação, o ataque físico e o extermínio marcam as lutas, batalhas, disputas, conflitos e jogos de poder que compreendem um conteúdo agonista.

Assim, a imagens simbólicas e estéticas revelam um conteúdo agônico da memória LGBTQIA+, o que infere que a comunidade LGBTQIA+ tem uma memória egoística, logo tem comportamento e identidades agonísticas, três dimensões distintas com ligações consistentes e mútuas.

⁶⁶ ALLPORT, G. *The nature of prejudice*. Cambridge/Massachusetts: Addison-Wesley Publishing, 1954. Tradução dos autores.

⁶⁷ SANTANA; MELO SOUZA, *op. cit.*, p. 6.

Ao focar a identidade agonística, Accioly⁶⁸ argumenta que o elemento agônico nem sempre está exposto, e na maior das vezes, ele se encontra de forma velada sob um manto de cordialidade, em zonas de opacidade que se tornam mais transparentes nas questões de classificação, e isso é uma premissa no epicentro da comunidade LGBTQIA+. Para Accioly,⁶⁹ pode se apresentar explícito através de polêmicos valores da cultura de verdade, objetividade, imparcialidade, liberdade e outros, e implica nas cinco forças que regem o preconceito,⁷⁰ entre sujeitos LGBTQIA+ e não LGBTQIA+.

Quanto ao comportamento agonístico, para Tozzini,⁷¹ isso não significa uma característica de um sujeito desonesto ou pervertido, ele pode ser apenas um comportamento aprendido pela filosofia do grupo; as vezes o sujeito somente reproduz sem saber a causa. Quando se visualiza o sujeito LGBTQIA+, esse comportamento tem manutenção diária devido à discriminação e ao preconceito cotidiano. O comportamento agonístico pode ser visível ou não em um grupo ou outro da comunidade LGBTQIA+. A autodefesa pode ser o marcador mais significativo, visível nos sujeitos trans e travestis que são mais pressionados para abandonar e/ou de serem retirados a fórceps dos espaços sociais e viver na sombra deles. E neste caso, essas identidades sofrem mais “ataques físicos”, sobretudo por parte de sujeitos não LGBTQIA+, pois o extermínio, na maioria das vezes, é praticado por eles.

Porém, essas três dimensões são atravessadas pelos aspectos agonísticos da população LGBTQIA+, pois todos estes fatores simplicam em que há luta territorial geográfica, e tem o corpo como mecanismo bélico para desbravar, ocupar e permanecer nos espaços físicos, para, a posteriori, visualizar os espaços metafísicos, as realidades culturais e sociais. Essas memórias agonísticas refletem as identidades, o que infere que as identidades LGBTQIA+ são

⁶⁸ ACCIOLY, S. M. *Somos quem podemos ser: agonística e identidade do jornalista contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ ALLPORT, *op. cit.*

⁷¹ TOZZINI, *op. cit.*

agonísticas também, em duas vias internas e externas. E no primeiro caso, quando as lutas, disputas, conflitos e jogos de poder ocorrem entre as diversas identidades, funcionam como força motriz. E um exemplo desse fato é a adoção e a evolução da sigla LGBTQIA+.

Ao destacar a identidade e as forças internas, o conteúdo agônico não dissolve a comunidade LGBTQIA+. No epicentro da comunidade LGBTQIA+, tais identidades são agonísticas por natureza, pois a comunidade é formada por perfis e grupos. Assim, inevitavelmente há embates de cosmovisões ora convergentes, ora divergentes. Ainda que reunidos sob uma mesma denominação, ainda que os modos e razões dos processos de identificação sejam distintos, na comunidade LGBTQIA+ o preconceito e a discriminação são mais fortes do que qualquer força agonística.

Para Accioly,⁷² baseado em Bourdieu,⁷³ a dinâmica interna conflituosa é explicada pelo princípio da divisão: “Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão, indissoluvelmente, lógicos e sociológicos que, ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos”. Quanto às forças externas, o conteúdo agônico é problemático, quando a luta, disputas, conflitos, jogos de poder ocorrem entre corpos LGBTQIA+ e não LGBTQIA+.

Nesse sentido, ao descrever e compreender as inscrições agonísticas em termos positivos, negativos ou contra-argumentativos, discuti-las e aplicá-las no campo teórico-sintético ajuda a promover a abertura de pensamento da Museologia. Pois, essas inscrições destacam o corpo LGBTQIA+ como signo e construto no âmbito teórico e conceitual da musealização e musealidade des-cortinado dos preconceitos e discriminação externa.

Quanto à musealização como processo que visualize a retirada de corpo LGBTQIA+ do meio natural e cultural, é imperativo o foco no conteúdo agônico para que as construções simbólicas e estéticas não ofusquem as construções epistêmicas. Assim, o processo de musealidade que visualiza as qualidades e os valores

⁷² ACCIOLY, *op. cit.*

⁷³ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

do corpo LGBTQIA+, realocado na instituição museal, deve conter a senciência do aspecto agnóstico, assim permeado às descritivas. E nessas descritivas de qualidades e dos valores, o corpo LGBTQIA+ como uma *museália* deve despertar interesse nos sujeitos para uma compreensão de ressignificação social – por exemplo, a arte transformista tem que ser retratada como arte, mas, ao mesmo tempo, como a resistência, pois, se o caráter exótico e *kitsch* dessas estéticas for supra demarcado, por consequência cortinará todo caráter sócio-político da arte.

Considerações

Ao focar o descortinamento de características, existenciais e leis que formam as representações reducionistas do corpo LGBTQIA+, entra em cena um olhar voltado para o processo de musealização e musealidade. Isso independe de um sujeito de lugar de fala e sujeito sem lugar de fala situados nos processos, pois em alguma medida ambos são empregados por vieses de base colonialista, sexista, machistas e/ou qualquer outro pensamento hegemônico.

Reconhecer o conteúdo agonístico nas identidades LGBTQIA+ através dos estudos de memória descritos pela própria comunidade LGBTQIA+ permite minimizar esses vieses. Ao mesmo tempo, é uma promoção da senciência epistêmica. Assim, as representações memorialísticas da Ciência da Informação sobre o corpo LGBTQIA+ aponta para esse conteúdo intrínseco às memórias, aos comportamentos e identidades LGBTQIA+. As representações epistêmicas demarcam o corpo LGBTQIA+ como valor agonístico essencialmente marcado por forças de permeância geográfica. Isso não significa que a relação de forças simbólicas não seja marcante, mas a relação e forças físicas através de um copo bélico predomina.

A partir da compreensão da dimensão agonística, esse conhecimento pode auxiliar na forma de os museólogos figurarem o corpo LGBTQIA+ na musealização e musealidade. Isso porque esse

conhecimento tem o potencial de diluir o caráter exótico e kitsch que orbita o corpo LGBTQIA+ como signo e o figura como museália.

Sérgio Rodrigues de Santana | Doutor e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Psicologia (UFPB) e Biblioteconomia (Uniasselvi). Graduando em Arquivologia e Museologia (Uniasselvi). Especialista em Ensino e Interdisciplinaridade (Uniasselvi) e em Arquivologia (Faculdade Domínios). Líder do Grupo de Estudos em Interdisciplinaridades e Epistemologias (GintEpis). Integra o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-Raciais (NEPIE-RE/GEINCOS-CCSA/UFPB). E-mail: sergiokafe@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1286-0775>

Raimunda Fernanda dos Santos | Docente permanente externa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL). Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa #FolkCoLab – Colaboratório de Pesquisas e Práticas sobre Folksonomias e Sistemas Híbridos de Organização do Conhecimento. E-mail: fernand@facc.ufrj.br. <https://orcid.org/0000-0002-7750-3269>

Eliane Epifane Martins | Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como docente no Curso Técnico em Biblioteconomia do Instituto de Educação Estadual do Pará (IEEP) e como bibliotecária na Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém/PA (CODEM). Realiza pesquisas na área da ciência da informação, memória e patrimônio cultural. E-mail: jadyeliane@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7743-0004>

Lilia Mara de Menezes | Mestra em Letras (PROFLETRAS) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, pós-graduada em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (2011) e graduada em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2005). É professora atuante no ensino fundamental e tutora do curso Letras – Língua Portuguesa na UERN/UAB. E-mail: liliamaram@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3544-7369>

Ana Cleide Patricio de Souza | Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Museografia e Patrimônio Cultural pela Rede Claretiano de Ensino (2016) e bacharela em Biblioteconomia pela UFPB (2002). Coordenou a Biblioteca Ministro Edson Vidigal da Faculdade de Imperatriz/MA (FACIMP) e a Biblioteca do Sesi – Indústria do Conhecimento, no Maranhão. E-mail: ana2004cleide@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6930-5457>

<< Voltar ao início